



O RURAL, O SERTÃO E O CAMPO LITERÁRIO NAS CRÔNICAS DE VIVENTES DAS ALAGOAS.

Robson dos SANTOS¹

Resumo: O artigo analisa as crônicas reunidas no livro *Viventes das Alagoas*, de Graciliano Ramos. As crônicas foram publicadas originalmente no início dos anos 40, na revista *Cultura Política*. Busca interpretar as representações que os textos comportam acerca do espaço rural, do sertão e da região no Brasil. Almeja ainda localizar o sentido dos textos de Graciliano Ramos no contexto do campo literário brasileiro na década de 1930.

Palavras-chave: Rural. Crônicas. Sertão. Região

Introdução

(...) As melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária [...] Diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito.

Antonio Candido – Literatura e Sociedade

52

A análise das crônicas reunidas no livro *Viventes das Alagoas* (VA)², de Graciliano Ramos possibilita duas “linhas” de averiguação fundamentais. De um lado, observa-se a construção de uma narrativa literária direcionada pela reafirmação das peculiaridades regionais, não apenas geográfica, mas fundamentalmente econômicas, sociais e culturais. Transparecendo daí um nordeste visto como unidade cultural, onde as

¹ Doutor em Sociologia pela Unicamp. E-mail: relvalins@yahoo.com.br.

² O livro *Viventes das Alagoas*, publicado originalmente em (1961) reúne crônicas, ensaios e análises de várias dimensões, composto de textos publicados na Revista *Cultura Política* entre 1941 e 1944, textos que constituem o foco da análise aqui; e também os dois relatórios de gestão que Graciliano redigiu quando foi prefeito na cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas, no final dos anos 20, e que causaram certo interesse em decorrência da forma literária e não habitual em relatórios de gestão. Como exemplo da linguagem utilizada, segue a citação de um trecho do primeiro relatório de 1928 e outra de 1930, respectivamente: “Convenho em que o dinheiro do povo poderia ser mais útil se estivesse nas mãos, ou nos bolsos, de outro menos incompetente do que eu; em todo caso, transformando-o em pedra, cal, cimento, etc., sempre procedo melhor que se o distribuisse com os meus parentes, que necessitam, coitados” (RAMOS, 1983, p. 172). No relatório seguinte escreve: “Pensei em construir um novo cemitério, pois o que temos dentro em pouco será insuficiente, mas os trabalhos q que me aventurei, necessários aos vivos, não me permitiram a execução de uma obra, embora útil, prorrogável. Os mortos esperarão mais um tempo. São os munícipes que não reclamam” (RAMOS, 1983, p. 182).



relações de dominação, de diversos matizes, se perpetuam ao longo dos séculos de formação da sociedade e resultam num conjunto diferenciado de maneiras de organização da vida. Por outro lado, a narração feita pro Graciliano Ramos destes *quadros e costumes do nordeste*, como sugere o subtítulo do livro, se dá num espaço peculiar do campo intelectual de então, a revista *Cultura Política*, órgão oficial do regime Vargas e que concatenava e, em certa medida, cooptava intelectuais das mais díspares vertentes, o que comporta um significado político indissociável da figura do escritor como figura pública. Em termos da trajetória de Graciliano como escritor consagrado, é relevante mencionar que a partir dos anos 40 o foco de sua produção não mais se concentra na ficção romanesca, mas na criação de memórias auto-biográficas, daí obras como *Memórias do Cárcere e Infância*³, que objetivam reconstruir trechos da existência do autor.

Ao desenvolver uma problematização analítica das questões trazidas por Ramos nos textos inclusos no respectivo livro, a investigação pretende esclarecer as maneiras pelas quais as narrativas e as opções estéticas se relacionam aos debates intelectuais e ao contexto sócio-político. Isso, com a expectativa de reconstruir relativamente as posições teóricas e ideológicas que informavam as discussões em voga, assim como a intenção implícita de explicação das condições sociais que os textos encampam e que exprimem as diversas fórmulas ofertadas para “solucionar” os problemas nacionais.

As décadas de 30 e 40 vieram ensinar muitas coisas úteis aos nossos intelectuais. Por exemplo, que o tenentismo liberal e a política getuliana só em parte aboliram o velho mundo, pois compuseram-se aos poucos com as oligarquias regionais, rebatizando antigas estruturas partidárias, embora acenassem com lemas patrióticos ou populares para o crescente operariado e as crescentes classes médias. Que a “aristocracia” do café, patrocinadora da Semana (de Arte Moderna), tão atingida em 29, iria conviver muito bem com a nova burguesia industrial dos centros urbanos, deixando para trás como casos psicológicos os desfrutadores literários da crise. Enfim, que o peso da tradição não se remove nem se abala com fórmulas mais ou menos anárquicas nem com regressões literárias ao Inconsciente, mas pela vivência sofrida e lúcida das tensões que compõem as estruturas materiais e morais do grupo em que se vive. Essa compreensão viril dos velhos e novos problemas estaria reservada aos escritores que amadureceram depois de 30: Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade (BOSI, 1979, p. 430).

³ Para uma análise dessa face biográfica e memorialista da obra de Graciliano Ramos ver Almeida (1997) e Candido (1992). Para investigação teórica do escritor como produtor de autobiografias ver Bourdieu (1989).



É talvez da experiência advinda dessas complexas modificações e da consolidação de estruturas mais consistentes no campo literário, mas de forma alguma autônomas, que irrompe um novo fazer literário nos anos 40, que as crônicas/ensaios de *Viventes das Alagoas* expressam relativamente. Talvez o regionalismo de cunho social e de denuncia já havia se esgotado nos anos 40 enquanto forma legítima de narrativa e passavam a adquirir uma dimensão mais experimental, tal como as obras de Guimarães Rosa indicam.

O conflito trazido pela industrialização e urbanização crescente nos anos 30 exigiu, em certa medida, uma produção literária que se opusesse a esses processos deflagrados desde os anos 20, a fim de expressar as contradições do movimento forçado de “revolução pelo alto”, que relegava grande parte do país à miséria, e também as próprias contradições e angústias inerentes ao papel dos escritores nesse contexto. As obras clássicas do regionalismo exprimem, portanto, essa dupla significação: seu conteúdo congrega as mediações com o contexto social e com a situação dos escritores de então. *Vidas Secas*, por exemplo, tematiza o movimento forçado em busca de condições melhores de vida e termina sugerindo a ida para o sul do país como último recurso de sobrevivência⁴. Em *Viventes das Alagoas*, condições similares surgem num contexto social e biográfico diverso, mas marcados por imbricações análogas.

1 - O campo literário em *Viventes das Alagoas*

A noção de região é uma categoria de referência para a criação artística, recorrente na história literária brasileira, principalmente a partir do romantismo no século XIX (ALMEIDA, 1999). Ela se constitui invariavelmente de forma comparativa a uma totalidade maior à qual ela pertence de maneira integrada e ao mesmo tempo se diferencia através de traços sociais, culturais e econômicos. Regional e nacional, Sul e Nordeste, particular e universal, entre outros pontos duais, delimitam os polos entre e a partir dos quais se movem as criações estéticas e constituem, em muitos casos, critérios de julgamento e mesmo de legitimação, principalmente entre o regionalismo literário e seus

⁴ Nesse sentido, é possível recordar a análise de Bourdieu sobre a obra de Flaubert, *A educação sentimental*, fundamental para a hipótese aqui sugerida: “*A educação sentimental*, essa obra mil vezes comentada, e sem dúvida jamais lida realmente, fornece todos os instrumentos necessários à sua própria análise sociológica: ocorre que a estrutura da obra, que uma leitura estritamente interna traz à luz, ou seja, a estrutura do espaço social no qual transcorrem as aventuras de Frédéric, é também a estrutura do espaço social no qual seu próprio autor estava situado” (BOURDIEU, 1996, p. 17).



legítimos porta-vozes. São as referências linguísticas, culturais, sociais etc., peculiares a cada região que delimitam as veredas pelas quais os autores devem adentrar a fim de oferecerem às suas criações a significação universal. Tais questões constituem referências por meio das quais os escritos de Graciliano Ramos foram analisados por diversos investigadores em diferentes contextos (CANDIDO, 2000; COUTINHO, 2000; MOURÃO, 1969).

Em *Viventes das Alagoas*, o conteúdo dos textos é composto a partir do inventário dos quadros e costumes do Nordeste, parafraseando o subtítulo da publicação, que são problematizados frente aos anseios e visões de mundo intrínsecas ao universo intelectual do período, assim como aos vínculos sócio-políticos do autor.

O objetivo implícito dos escritos é apresentar a “realidade” nordestina e analisar seus costumes socioculturais. Esmiuçando o “ambiente” local, Ramos buscará destacar ao mesmo tempo o que há de universal em seu Nordeste.

Os textos que integram o livro *Viventes das Alagoas* (VA) não permitem a delimitação dos escritos sob os limites de um único gênero literário. Eles concatenam elementos da crônica, mas aproximam-se, em certos casos, do conto e do ensaio, o que resulta numa gama heterogênea de criações estéticas e formas de se pretender a explicação do social. Antes de problematizar as variações formais e estéticas, ressaltam-se aqui os conteúdos sociais, culturais e políticos imanentes aos escritos.

A maioria dos textos foi publicada na revista *Cultura Política*, que circulou entre março de 1941 e maio de 1945, totalizando 53 números. A publicação possui uma dimensão importante no cenário cultural e político do período, pois ela apresenta muitas das contradições e ambiguidades que definiam as posições intelectuais de então, tingidas pelos debates sobre nacionalismo, modernização, democracia, comunismo etc.

A publicação faz parte do projeto político ideológico do Estado Novo, bastante articulado, oficialmente produzido e divulgado de forma principal pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Constituiu-se, ao lado da revista *Ciência Política*, um dos instrumentos mais importantes de produção do discurso ideológico correspondente a esse projeto, enquanto esta última encarrega-se de sua divulgação. Indicada sempre como órgão oficial do Estado Novo, a revista dedicou-se a discutir temas nacionais e a divulgar as ações do governo (decretos, discursos do presidente e ministros). (BASTOS, 2003, p. 149).

Entre as construções narrativas elaboradas pelo autor de *Vidas Secas*, irrompem



reflexões analíticas e explicativas, de cunho sociológico, antropológico, econômico etc. De um lado, atreladas a posições políticas, de outro perseguindo reconstruções sociais que expressem as relações instituídas na região e que indaguem os próprios limites do projeto hegemônico do Estado Novo. Não cabe aqui julgar a “validade científica” das análises de Ramos, mas sim examinar em que medida elas exprimem os posicionamentos sociais, políticos e estéticos presentes nos espaços de circulação e produção intelectuais, assim como ressaltar sua importância como referência de conhecimento sobre as situações históricas globais e locais e as formas de compreender essa dimensão.

Ao longo das páginas de *Viventes das Alagoas*, Graciliano desenvolve a investigação das sociabilidades que se constroem no Nordeste e, sobretudo, as relações humanas.

A devoção do camponês, intensa, de ordinário não se exprime em reuniões públicas, como nas sociedades urbanas: tem formas familiares, reza benditos e ladainhas diante do oratório doméstico, pede favores a Santo Antonio, que, se se mostra indiferente, é punido – lembrança possível das intimidades que houve entre os homens e os lares. Nas missões, porém, apertam-se enxames em redor dos confessionários, casamentos naturais se legalizam, surgem numerosos batizados. E, ao encerrar-se o ano, a gente das povoações e das fazendas assiste às novenas, que excitam a vista, o ouvido e o olfato, permitem que, durante algumas noites, as exigências sociais do matuto, longos meses recalçadas, se manifestem quase livremente (VA, p. 13).

Inventariando tradições locais, os escritos apresentam um Nordeste marcado por rígidas estruturas sociais, por práticas políticas clientelistas, pelo mandonismo de grupos armados. Expressam hábitos solidificados pela crença e pela força, atrelados, por sua vez, à escassez material, que conforma uma limitação dos atos, das ações, e conferem uma necessidade de rapidez às relações humanas, declinando das idealizações românticas, pois os imperativos da sobrevivência direcionam a existência social.

Contrastando com as negações do mundo econômico, há nas relações sentimentais uma rapidez de processos notável. Numerosos casais afastam-se da zona povoada e efetuam combinações a meia voz, em diálogos curtos, vivos, sem rodeios, sem metáforas. Apesar de ser bastante reduzido o vocabulário, tudo se expõe claramente: a palavra enérgica da literatura realista é largada no momento justo, produz efeito com o auxílio de gestos expressivos e carícias rudes. Nenhum sinal da



alarmada pudicícia, dos rubores que ainda podemos notar nas camadas mais altas da sociedade sertaneja (RAMOS, 1983, p. 15).

É claro que o contexto social não é de forma alguma hegemônico e similar, mas cindido pelas disparidades socioeconômicas, culturais e geográficas. Por outro lado, a intenção de apresentar tais condições não possui um significado exclusivamente demonstrativo, mas deve ser pensado também a partir de onde eram publicados os textos e também qual a sua destinação.

Segundo Bastos (2003), *Cultura Política* contava com a colaboração tanto de intelectuais vinculados ao Estado Novo – Azevedo Amaral e Francisco Campos, entre outros – como de autores dos mais diversos matizes ideológicos, como Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodr e e Gilberto Freyre, entre outros. A revista era uma proposta do Estado varguista e como tal encampava algumas perspectivas de viés político com a intenção finalística de constituir um panorama hegemônico em relação ao regime. Ela tinha, sobretudo, o objetivo de “esclarecer e divulgar para o público as transformações que o país atravessava por obra das iniciativas governamentais” (BASTOS, 2003, p. 150).

Contando com os cânones da intelectualidade brasileira, a revista *Cultura Política* foi pensada para ser um dos instrumentos transmissores dos ideais político-ideológicos do Estado Novo para a estruturação da “nova ordem social” no seio do processo de modernização proposto pelo regime. Era neste espaço que os intelectuais deveriam encampar um relevante protagonismo, pois, além de guardiões e difusores dos valores sociais, a eles cabia a função de estabelecer a unidade entre governo e povo, traduzindo a voz da sociedade (VELLOSO, 1982). Nesse sentido, o projeto cultural do Estado Novo tem a intenção de construir o “sentido de nacionalidade” e de forjar a “unidade nacional”. A abertura aos intelectuais é intencional (ROLLAND, 2003, p. 87).

Por outro lado, a possibilidade de incorporar autores de tão variados matizes ideológicos expressava a baixa autonomia do campo literário em relação ao campo político, bem como a intimidade entre a intelectualidade e o poder, afinal, a quase impossibilidade de se manter “autônomo” como romancista, obriga grande parte dos intelectuais a extrair sua subsistência material das funções trazidas pela crescente complexização dos aparelhos burocráticos e de dominação do Estado. Carlos Drumond de Andrade e Graciliano Ramos, entre outros, vivenciaram essa condição.



É claro que o Estado Novo exerce forte dominação sobre o espaço público, mas ao mesmo tempo concede aos intelectuais uma liberdade relativa à criação – poucos são exilados – nem se pode comparar com o que aconteceu na Europa ocidental e continental em 1941 (ROLLAND, 2003, p. 88).

O autor comunista Graciliano Ramos elabora escritos para uma publicação de divulgação dos “avanços” trazidos pelo Estado Novo, imbuído do intento de consolidar-se hegemonicamente, como já foi indicado anteriormente. Se de um lado, as necessidades materiais do autor o obrigavam a escrever artigos por dinheiro, isto é, subsumir e sacar os dividendos simbólicos a fim de garantir os retornos financeiros, de outro não deixa de ser importante refletir sobre esse processo de absorção dos intelectuais pelos órgãos estatais, e que não se refere apenas a Graciliano, mas a uma quantidade significativa de escritores brasileiros consagrados, que extraíam seus proventos do trabalho na crescente burocracia estatal. Se tal situação, por sua vez, expressa igualmente o pouco grau de independência e de profissionalização do ofício literário, essa relação, em muitos casos, deixava de ser problematizada pelos próprios autores de esquerda, envolvidos, em certa medida, na quase mitológica auto-ilusão da arte como artefato simbólico que se localiza nos patamares da criação metafísica, que mesmo autores materialistas acabavam por compartilhar. Problematizar a proximidade com os órgãos estatais redundaria na “financeirização” do processo literário. Miceli (2001) define as condições que conduziam os autores a aceitação desta proximidade.

58

Situados entre os objetos de devoção da crítica militante nos aparelhos de celebração que circulam entre as panelas de letrados, buscam minimizar o quanto suas obras devem aos laços clientelísticos de que são beneficiários. Afinal, eles são os grandes interessados em corroborar e imagem de que suas obras pouco devem às servidões do mundo temporal. Enfim, uns diferem dos outros, mas decerto não pelas razões inefáveis que declarações a respeito de si próprios e de suas obras querem fazer crer (MICELI, data, p. 151-152).

Cabe indagar também, em que medida as diferentes perspectivas e posicionamentos ideológicos não divergiam muito mais em relação à solução que propunham para “solucionar” aos problemas sociais, do que do ponto de vista do diagnóstico elaborado sobre as condições brasileiras. Em geral, predominava a conclusão negativa no que tange ao desenvolvimento social do país. Se o Estado Novo buscava uma



vitrine para expor os avanços que acreditava ter oferecido e servia-se dos intelectuais como produtores de um discurso que confirmasse isso, havia entre ele e os últimos uma concordância quanto ao atraso que havia se perpetuado e a perseguição de uma unidade nacional como instrumento para sua superação. Aqui, vale ressaltar que a noção de atraso não constitui método ou conceito usado nesta leitura como teoria válida contemporaneamente, mas seria anacrônico ignorar que tal juízo fundamentou grande parte das investigações sobre os problemas brasileiros e também a própria oficialização da cultura política que almejava superá-lo.

Como hipótese, poderia se vislumbrar os escritos de *Viventes das Alagoas* como uma forma de descortinar o “atraso” do nordeste, distanciado das idealizações neo-românticas trazidas por parte do regionalismo nos anos 30, e como porção fundamental da estrutura nacional, porém secundarizada pela disposição concentrada do poder. Tal perspectiva impõe à compreensão das posições intelectuais a partir das disputas e concepções em litígio nos espaços de produção e circulação das ideias, assim como em conexão com os jogos políticos e culturais.

2 – O sertão/rural de *Viventes das Alagoas*

Graciliano Ramos representava nos anos 40 uma figura intelectual de destaque, principalmente entre a esquerda. Romancista consagrado por seus escritos sobre a seca, os conflitos no sertão etc., se aproximava cada vez mais da militância política. Nesse sentido, caberia a ele explicitar os quadros socioculturais e analisá-los, assim como tinha realizado em seus romances. É por meio da compreensão da árdua interação entre o ambiente social e seus indivíduos peculiares, que ele desempenha a exposição, a partir de uma narrativa que parece recordar trechos de *Vidas Secas*.

O lugar é morigerado. Os homens nascem oportunamente, casam oportunamente, morrem oportunamente. E entre essas ocorrências comportam-se direito, mais ou menos direito, e examinam as vidas alheias, achando sempre nelas motivo para desagrado, o que muito influi na purificação do ambiente (RAMOS, 1983, p. 18).

Graciliano vislumbra no sertão um contexto marcado pela imobilidade, por um conjunto de hábitos sociais que perpetuam as condições traçadas e indicam, em certa



medida, que os “avanços” democráticos e institucionais do Estado Novo não são suficientemente hegemônicos.

Caso sério. O eleitor cambembe vota para receber um par de tamancos, um chapéu e o jantar que o chefe político oferece à opinião pública; mas o eleitor considerado quer modo de vida fácil, ordenado certo e a educação dos filhos (RAMOS, 1983, pp. 29-30).

As relações políticas locais exprimem uma dimensão das próprias estruturas nacionais de poder. Como caminho analítico, a tradução do local é sacada como parte imbricada ao panorama global, e por isso, traduzir esse nível micro das relações, constituirá a forma de definir o nordeste e conseqüentemente o Brasil. Operar com categorias tão genéricas exige uma recorrência ao detalhe como maneira de tornar concreta a visão que se propõe a realizar. Os quadros e costumes da região, apresentados em um nível de detalhamento aprofundado, explicitam uma situação instaurada e secularizada que demanda alguma forma de resolução. É interessante notar como nos textos as instâncias estatais vazadas de clientelismo constituem as poucas forças capazes de alavancar a situação em meio a ausência de forças civis na sociedade.

60

O gabinete de S. Ex.^a, como todos os gabinetes de pessoas importantes, estava sempre cheio. Pedidos, choradeiras, desejos de vingança, vaidades, calúnias, reedições vivas de cartas anônimas – um inferno. O Governador aborreceu-se disso, abandonou as audiências e começou a rodar num automóvel pelo interior do Estado, ensinando agricultura e zootecnia aos matutos e tentando endireitar os orçamentos municipais [...].
[...] Somente, como não havia sal de espera, o Governador se punha em contacto com todas as misérias da terra. E as misérias vestiam-se mal e falavam linguagem incorreta (VA, p. 28).

Se a responsabilidade pela superação das péssimas situações sociais encontradas cabe ao Estado, essas possibilidades se diluem ao imergirem nas condições que o cercam e ao mesmo tempo o sustentam mais como uma diluída força policial do que como uma instituição capaz de garantir o desenvolvimento.

O contexto exposto em *Viventes das Alagoas* define-se, portanto, pela escassez material e cultural, o que deflagra e reproduz uma situação em que as possibilidades de constituição de forças sociais aptas a conduzirem a transformação são quase nulas. A



abundância ocorre apenas em relação à miséria. E essa carestia generalizada conforma hábitos, tradições e relações sociais.

Para a realização do casamento há solenidades curiosas no interior do Nordeste. O matuto, conservador, resigna-se às maçadas impostas pela tradição, vê nelas o meio de tornar-se uma criatura perceptível aos seus próprios olhos e à sociedade. Apenas como é prudente, desconfiado, econômico, tenta obtê-las com despesa módica, se possível a crédito, forma que em geral adota nas suas transações.

Certamente os aperreios são necessários: banhos, ajuste com o padre, idas e vindas, conversas longas, cálculos que estragam o miolo, roupa de cassineta, um guarda-chuva, botinas, colarinho e gravata, sem falar nas trapalhadas em casa do sogro, o enxoval e a festa. Isso, porém, consome, tempo e esgota as reservas: só se efetua com rigor entre os indivíduos que possuem um pedaço de terra, algumas vacas, chiqueiro de bodes. Na miuçalha do campo as exigências são menores. Dispensa-se o contrato civil, por ausência de propriedade. E se os noivos se relacionarem intimamente, será possível também suprimir a grinalda e o véu (RAMOS, 1983, p. 36).

O ritmo das interações, pautadas pela escassez, se articula aos ciclos da vida material e redundam numa fragilidade dos laços interpessoais, numa fluidez não romântica que se choca com as idealizações tradicionais acerca dos sentimentos que cimentam as uniões humanas. A miséria, para Ramos, impõe uma adaptação cruel dos sentimentos às condições de vida, ou acaba por suprimir os primeiros como condição para as relações.

Se a seca chegar, se elementos perturbadores intervierem na vida meio conjugal, o sertanejo, neto de ciganos e neto de selvagens, abandona o rancho, a mulher, os cacarecos, vai enrascar-se noutra aventura em lugar distante. Mas em alguns anos de safra, com o paiol cheio, a vazante próspera, conta na loja, a família consolida-se, precisa confessar-se, batizar os filhos como legítimos (RAMOS, 1983, p. 39).

Em meio à pobreza do sertão, abundam personagens abatidos por gerações e gerações de vítimas da seca, das desigualdades estruturais e da desinformação. Nesse sentido, é exemplar o conto/crônica *Ciríaco*, que relata a existência de um sertanejo desprovido de qualquer forma de reconhecimento social, desprovido de informações e indiferente ao conhecimento europeizado, sua vida se distingue fragilmente, na narrativa de Ramos, das vidas dos demais seres que habitam o sertão.



Meio selvagem, dormia ao relento, no chão. Só se recolhia no mau tempo, quando as nuvens rolavam baixas, crescia o ronco dos trovões, o relâmpago clareava os morros distantes, quase invisíveis na sombra repentina, única elevação naqueles descampados. Entrava resmungando, apreensivo, estendia na sala um couro de boi e arriava em cima dele os ossos velhos, que iam começando a emperrar. Desentocava-se logo que as coisas melhoravam lá fora. O céu de novo se alargava e subia, o sol brabo tirava da campina grisalha as manchas frescas de verdura. E Ciríaco estava contente (RAMOS, 1983, p. 43).

Mais adiante, Graciliano retorna às memórias de sua juventude para relatar uma tentativa de esclarecer Ciríaco. O que surge é a tensão entre a necessidade do conhecimento como condição e consequência da superação da miséria e a impermeabilidade ao aprendizado gestada no seio das exíguas possibilidades. A situação desemboca na inviabilidade de superação do atraso cultural, social e econômico. Em Ciríaco, resume-se individualmente o que se estende globalmente.

Ciríaco desejava notícias sobre a origem do mundo. E eu, rapazola ingênuo, admirando semelhante curiosidade num tipo bronco, entusiasmei-me, venerei a espécie humana, joguei para Ciríaco, usando as precauções que a ignorância me sugeria, a nebulosa e Laplace.

- Entende?

- Está bem.

Evitei as expressões técnicas em que me enganchava, resumi a formação e solidifiquei o globo rapidamente. Busquei em redor qualquer coisa que servisse de Sol, e o que achei foi o candeeiro de folha colocado na ponta da mesa, sujo, com uma luzinha trêmula, uma protuberância fuliginosa. [...] Excedi-me, expliquei negócios que até então havia ignorado. Falei muito sobre os movimentos. Conhecia uns dois ou três, mas arranjei outros. Ao findar, sentia-me otimista, satisfeito com a população rural do meu país.

- Compreendeu?

Ciríaco esfregou as mãos calosas e largou uma risada grossa:

- Compreendi. Você quer-me empulhar. Pensa que eu acredito nessas besteiras (VA, pp. 45-46).

O relato também envolve e comporta uma carga alegórica e simbólica que deve ser compreendida a partir da referência aos anseios e visões de mundo de então, relacionadas, como indicado anteriormente, às intenções de planificação universal das



soluções, à busca por alguns setores políticos e sociais de uma consolidação democrática etc., anseios, porém, fragilizados pelas limitações estruturais.

No campo cultural vale ressaltar que a literatura escrita nos anos 30 e princípio dos anos 40 projeta-se, quase exclusivamente, como literatura regional ou social, não necessariamente sinônimas, mas intimamente atreladas. Ela se articulava às aspirações políticas, econômicas e culturais de desenvolvimento nacional – orientadas por uma visão vertical da sociedade – ao objetivar oferecer esteticamente uma forma de conhecimento aprofundado das pluralidades do país, mas portadoras da identidade essencialista e unitária que tanto se perseguia e que os projetos de integração exigiam, tanto à direita quanto à esquerda.

A literatura de origem ou de temática regionalista nordestina consagrou diversos autores no decorrer anos trinta. Essa consagração, em certa medida, justifica a presença de escritores como Graciliano Ramos em uma publicação como *Cultura Política*, que buscava tanto plasmar vertentes intelectuais díspares, quanto aprofundar o processo de conhecimento, reflexão e, portanto, de construção de uma identidade brasileira, de uma “certidão” ao povo (ORTIZ, 1985). É envolvendo-se, em certa medida, a tais ansiedades intelectuais e institucionais, que os textos de VA são elaborados, não sem manterem as ambigüidades, paradoxos e possibilidades críticas.

Simbólica dessas percepções é a referência constante nas narrativas às pequenas cidades do interior nordestino, marcadas pela presença do ambiente rural ao seu redor – ou mesmo se confundindo em seus limites, pois ambos não são claramente demarcados e repetem hábitos culturais e relações sociais – que metaforicamente comprime as interações na sociedade e as formas de mobilidade da vida, assim como cristalizam os costumes particulares da região. Sua apresentação em *Viventes das Alagoas*, não conflui, porém, em qualquer forma de idealização dos espaços tradicionais locais, eventualmente portadores de alguma pureza perdida, ou de alguma forma de tradição esquecida, como propunham algumas vertentes da modernização conservadora de então, que vislumbravam no passado patriarcal e colonial brasileiro as origens da autenticidade nacional, as raízes da identidade brasileira⁵.

⁵ Como exemplo destacado, mas não único, dessa posição, ressalta-se a obra de Gilberto Freyre, como particular atenção ao seu *Manifesto Regionalista* de 1926, que exprime uma noção de regionalidade profundamente impregnada de uma celebração do passado colonial e patriarcal brasileiro, simbolizado na cozinha, na arquitetura e em outros signos culturais e sociais do nordeste ameaçados pela modernização urbano-industrial. O projeto cultural do Regionalismo de Freyre não se reduz a uma luta pela preservação de tradições culturais. O passado também é importação e, nesse sentido, não se distingue da “imitação”



A cidade tem uns cinco mil habitantes. Contando bem, talvez achássemos seis mil, número que os naturais, baírristas em excesso, duplicam. Há um cinema silencioso, onde as fitas se quebram durante horas, sem risco para os frequentadores, atentos aos dramas em série, e há um semanário, adstringente, espinhoso, que divulga boatos cochichados nas esquinas, na farmácia e na barbearia, em redor dos tabuleiros de gamão. Tudo se realiza às claras, no cinema ou na rua, e as casas estão fiscalizadas rigorosamente. Qualquer derrapagem medíocre, sorriso considerado impróprio, suspiro ou afoiteza de opinião, determina comentários, zangas, críticas acerbas, equívocos (VA, p. 17).

O texto denota a exibição de uma dimensionalidade espacial e social profundamente caracterizada por relações enrijecidas pelo arcaísmo político e cultural, o que retoma, em certa medida, as preocupações intelectuais e literárias referentes à constituição da modernidade no Brasil, algo que se estende desde princípios do século XX (SEVCENKO, 1999). Elas surgem ao longo das crônicas como locais incólumes às “pressões” globais pela superação do “atraso” socioeconômico e cultural, apáticas aos signos da modernidade, que penetram lentamente em seus “modos de vida”. Nesse sentido, é importante realçar e reafirmar esse processo de construção cultural em íntima vinculação com as *estruturas de sentimento* de modernização nacional operantes no campo intelectual de então. Intelectuais de esquerda e direita compartilhavam da noção de que se perpetuavam no interior do Brasil elementos atravancadores da modernidade. As pequenas cidades nordestinas expressam alegoricamente tal “empecilho”, ao cristalizarem um espaço estático e aparentemente imutável.

64

A cidade amanheceu calma e tudo indicava que assim permaneceria muitos anos. As lojas abriram-se na hora certa, os meninos marcharam para a escola, os pais de família buscaram meios de aumentar a receita,

Modernista recusada por Freyre. A diferença é que o autor parece se identificar com o passado colonial e as formas de organização patriarcal da vida, que louvava os mucambos em que eram metidos os não-senhores de engenho e que se alimentava da adocicada culinária tradicional. Isso define, segundo o Manifesto, uma cultura genuinamente brasileira. Esse intuito nacionalista-saudosista encobre uma concepção menos nobre: “Uma cultura que, em última instância, repousa no mito colonizador; no passado de além-mar; na dependência de uma tradição cultural impostas, assimilada e totalmente acrítica. O manejo ideológico torna-se eficaz quando, mercê de uma identificação com o colonizador, elege-se o passado como autenticamente brasileiro. Torna-se o passado um presente contínuo que se mantém enquanto tradição revitalizada por valores e hábitos culturais moldados à feição do figurino da dependência colonizadora. Passado também enriquecido pelo fascínio do recém-abolido regime monárquico brasileiro” (D’ANDREA, 1992, p. 43).



as moças leram os programas do cinema e as notas sociais, os funcionários assinaram o ponto na repartição (RAMOS, 1983, p. 60).

O microuniverso formado no seio das pequenas cidades nordestinas, cravadas no interior do sertão, comporta as práticas sociais que o autor considera estruturantes e peculiares da região. O autoritarismo do coronel local, soberano em meio à pobreza generalizada e reproduzida, alicerça as forças brutas de dominação, íntimas com o poder estatal; as intrigas políticas regionais se resolvem por meio da violência.

Nunca se tinha visto semelhante coisa: um serventuário vagabundo, sem eira nem beira, dispensável, transferido de Caixa-Prego, declarar guerra a tão firme e antiga instituição. Explicaram-lhe que aquilo não estava direito. Loucura pretender jogar cristas com o Governo, que possuía vários engenhos e terra larga, mandava na vontade dos homens, marcava dia santo [...].

Expuseram tudo muito bem. Mas o empregado novo tinha ideias esquisitas e propensão decidida para o martírio: era uma dessas aberrações que gostam de sofrer, levar pancada, ensanguentar-se. Evidentemente seria preferível ficar junto da autoridade, elevá-la, jurar que não existia no mundo outra igual. Opinião defensável. Em horas de zanga o deputado e chefe político andava pelas esquinas, feroz, batendo o pé, gritando, espumando, ofendendo os amigos, uns patifes que o comprometiam horivelmente (RAMOS, 1983, p.78).

A oposição a tal forma de comportamento e às práticas políticas e sociais que ele comporta redundava no aniquilamento e na repressão, uma forma constantemente sacada e útil à manutenção do poder.

[...] três homens robustos chegaram à porta do funcionário independente, entraram sem cerimônia, quebraram-lhe diversas costelas e deram-lhe muitas chicotadas. A vítima esperneou, debateu-se, afirmou que não tinha escrito nada, pegou-se com todos os santos e enfim soprou desesperadamente um apito [...]. No dia seguinte o funcionário estava de cama. Ficou assim duas semanas, tomou cabacinho, desapareceu. E o comandante do destacamento foi promovido.

O município subiu, prosperou demais. Hoje tem luz elétrica e automóvel (RAMOS, 1983, pp 80-81).

Ainda no interior das pequenas cidades, a moralidade religiosa vigia e monitora as práticas mundanas; o provincianismo e a desinformação generalizada permitem o engodo, o embuste; o distanciamento dos centros urbanos e culturais conflui no



afastamento das novidades e das possibilidades de alteração do quadro, enfim, delimita-se uma forma de conceber o social sob dualidades, posição implícita nas visões de mundo intelectuais e cristalizadas nos discursos inerentes e fluidos entre o campo literário e político.

Na cidadezinha do interior, ingênua e presunçosa, há uma sociedade beneficente, um grêmio literário e uma banda de música. A sociedade beneficente distribui esmolas com moderação e enterra os mortos; o grêmio literário funciona, emperra, fica às vezes um ano inteiro sem dar sinal de vida, torna a animar-se na posse da diretoria, encrenca de novo; a filarmônica ensaia dobrados à noite e é indispensável nas festas grandes e nas recepções dos políticos notáveis da capital.

Havia uma escola dramática. Extinguiu-se depois do cinema: os amadores, vendo a tela, perceberam que não faziam nada com jeito e largaram o palco, envergonhados (RAMOS, 1983, p. 56).

O rural e o urbano não são, de forma alguma, dimensões cindidas cultural ou geograficamente, mas sim pontos diversos de um mesmo contexto socioespacial: o sertão. Espaço imaginado geográfica e culturalmente, ele mistura em seu conceito uma pluralidade de fatores e componentes estéticos, políticos e econômicos que calcavam muitas das construções intelectuais brasileiras (LIMA, 1999). O sertão alimenta o imaginário modernizante da nação, pois, dialeticamente, é sua existência como espaço relativamente “apático” e impermeável em relação à “civilização” que opera um contraponto à modernização.

Dessa forma, localizando e referenciando suas crônicas/análises nas diminutas localidades em que se movem os viventes das Alagoas, Ramos também concebe uma construção duplamente significativa. De um lado, ao buscar expor objetivamente a região que havia narrado anteriormente em seus romances, o contexto exposto a partir da estética dos anos 30 (*Vidas Secas*, *São Bernardo*, *Caetés e Angústia*) passa, em escala obviamente menos consagrada, a ser destrinchado por meio de textos analíticos, informativos, crivados de referenciais sociológicos, econômicos etc., o autor realiza o movimento de análise esteticamente definida para uma análise sociológica e antropologicamente pautada. Por outro lado, enuncia a problemática política acoplada à “incorporação/atuação” do intelectual de esquerda, reprimido pela política de perseguição do Estado Novo, anos atrás, em um órgão cultural explicitamente voltado à reprodução e a propagação do regime autoritário, mesmo que em um contexto diverso, mas sobretudo



atrelado ao centralismo que se estendia desde os anos 30, e que se tornava anacrônico historicamente, mas perseguia formas de garantir sua legitimidade (OLIVEIRA, 1982).

Nesse sentido, a busca por uma identidade nacional ampara-se, grosso modo, em dois pilares: de um lado a afirmação da diversidade do país como forma de afirmação de sua peculiaridade, de outro, a necessidade de se impor um movimento vertical de modernização e hegemonia do modelo europeu. Esse processo, porém, ocorre alocado numa estrutura social ainda marcadamente rural, interiorana, tradicional etc. Os intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX, e talvez a até hoje, fincavam suas raízes analíticas nos centros urbanos do litoral e é, em certa medida, as experiências de sociabilidade aí existentes que orientam seu julgamento.

É interessante indicar nesse contexto, como foi justamente a partir de escritores provenientes do interior do país, como é o caso de Graciliano Ramos, que se germinou um conjunto de criações estéticas, vide o regionalismo, que inverte, em certa medida, o etnocentrismo urbano do modernismo de 20, em suas diversas vertentes. *Viventes das Alagoas* condensa escritos envoltos nesse contexto. Com isso, não se sugere uma independência formal entre autores do litoral e do interior – algo que não é possível, visto a concentração geográfica do campo literário nas cidades do litoral – mas uma sutil diferenciação entre certos focos narrativos, a partir das localizações sócio-geográficas. O que subsiste em *Viventes das Alagoas* é justamente o olhar ácido e cético quanto às possibilidades de modificação do quadro sociocultural do interior/sertão, através das condições internas. Mantêm-se, portanto, a necessidade de alguma forma de superação do atraso “no sertão bárbaro, onde se perdoa facilmente o assassino, as ofensas à propriedade são punidas com rigor excessivo, pois a fazenda é escassa e a população cresce demais” (RAMOS, 1983, p. 70).

O paradoxo da modernização “urbanocêntrica” no Brasil se expõe nas contradições de um ideário nacional com vistas ao cosmopolitismo europeu e urbano, em meio a uma realidade estrutural profundamente diversa. A descrição das micro-cidades descritas em *Viventes das Alagoas*, sugere as limitações dos projetos nacionais de “modernização pelo alto”, verticalmente orientado a partir das capitais e dos nascentes centros urbanos de circulação de mercadorias e suas elites políticas e econômicas. Tal processo brota constantemente nas crônicas de *Viventes das Alagoas*.



Alagoas é um Estado pobre. Em pouco mais de vinte mil quilômetros quadrados arruma-se quase um milhão de habitantes. Para bem dizer, não se arruma: na praia há charco, mosquito, sezão; na catinga há seixo, cardo, fome. Entre as duas zonas aperta-se a mata, com algodão e cana-de-açúcar, mas aí não se consegue terra facilmente, o salário baixo – e para lá das cancelas o despotismo do proprietário vale o mosquito e o cardo juntos.

Em toda parte o amarelão – desânimo, gordura fofa: homens cor de cera, indecisos entre a vida e a morte; raparigas velhas, uns cacos de mulheres na adolescência; meninos ramelosos, de pernas finas como cambitos, barrigas enormes, grávidas de lombrigas. E muita porcaria: falta de água no sertão, excesso no litoral, o solo empapado, lama (RAMOS, 1983, p. 159).

A crônica leva o sugestivo nome de *Desastre* e reafirma uma visão cáustica e desoladora das condições de existência em um espaço do Brasil. Aí parece residir a grande “barreira” a qualquer projeção de desenvolvimento para o país, seja de cunho liberal, comunista, autoritário etc. O que Ramos descreve nas páginas da revista *Cultura Política*, como já foi sugerido, entra em relativa desarmonia com os intentos intrínsecos à publicação e ao seu significado político e ideológico (BASTOS, 2003). As forças indispensáveis para transpor tal quadro se esvaem junto com a situação e o que se delinea é uma estrutura social profundamente fragilizada em seu potencial de transformação.

Nessa penúria, os que têm restos de energia emigram; outros olham os pontos cardeais, esperando um milagre. Em cima, o fazendeiro, o negociante e o burocrata.

Escorados nos balcões das vilas, sujeitos ociosos conversam; os beiradeiros das lagoas nem força têm para conversar. Pernas arrastadas, beiços pálidos, meia dúzia de palavras bambas, como neste diálogo que Pedro Lima inventou:

- *Seu compadre, se esta miséria continuar, nós acabamos pedindo esmola.*

- *A quem?* (RAMOS, 1983, pp. 159-160).

Em meio à desolação generalizada, Ramos ainda sugere uma solução possível para a calamitosa situação narrada. Paradoxalmente a resolução parece residir no poder central, numa via pelo alto de superação dos problemas sociais, pois a impossibilidade de transformação que atinge a população não deixa escapar os poderes locais, absorvidos pelas formas tradicionais de dominação e manutenção do poderio e a eles intimamente atreladas.



Contudo esses horrores próximos, que dia a dia o conhecimento de pormenores engrandece, não podem ser desfeitos com sorrisos apenas. Há uma desgraça. Evidentemente o Governo local não tem meio de combatê-la. É indispensável o socorro da União. E é indispensável o auxílio do particular, bondade que não faltaria se uma erupção do Aconcágua houvesse destruído algumas aldeias (RAMOS, 1983, p. 161).

A intervenção estatal (Estado Novo?) parece ser, portanto, a última e única possibilidade de se evitar a tragédia absoluta e possui, em certa medida, uma dimensão salvacionista, capaz de colocar novamente em movimento forças adormecidas pela miséria prolongada, isso irrompe cristalina e sugestivamente na última crônica de *Viventes das Alagoas*.

Certo não se trata de consertar as máquinas das usinas. Elas se desenferujarão naturalmente – e o açúcar terá bom preço. A campanha iniciada aqui tende a minorar o sofrimento do homem que nunca entrou num banco e só conheceu durezas, o vaqueiro do sertão mudado em brejo, o pescador da lagoa tornada mar. Vestir os nus, curar os doentes, erguer o casebre da viúva, amparar o órfão, enfim semear naquela região infeliz uns pedaços de obras de misericórdia. Quando as águas baixarem, a maleita se desenvolverá junto aos mangues crescidos, bandos exaustos andarão trêmulos. Pensamos nessa gente mais ou menos inútil. Mas poderia não ser inútil. E poderá talvez não ser inútil (RAMOS, 1983, p. 162).

Como hipótese à compreensão das problemáticas, pode-se contextualizá-las nas e a partir das estruturas de sentimento imanentes ao estado do campo intelectual e literário nos anos 40. Modernização e atraso, urbano e rural, sertão e litoral, são formas e conceituações compreensivas que substanciam as percepções de diversos intelectuais e atores imbuídos do sentimento de “compreensão do Brasil”, a fim de harmonizar seu desenvolvimento com o capitalismo, o comunismo ou o socialismo, dependendo da posição ideológica, em suma, superar o atraso nacional. O modernismo de 20 e o regionalismo de 30 assistem a um amadurecimento do campo literário no Brasil, assim como a produção dos anos 40, principalmente a poética.

A profissionalização do ofício literário não significou uma autonomização absoluta do campo em relação ao político e ao econômico, mas denota a mobilidade específica dos escritores como figuras socialmente consagradas e que se legitimam



produzindo um discurso peculiar, marcado pelas estruturas de sentimento, que no caso e no contexto em questão, definem-se pelo “sentimento de missão” e desejo de superação do atraso nacional, presente no discurso e no imaginário de diversos autores. Daí pode-se sugerir um dos sentidos da própria participação de diversos autores de esquerda, como Graciliano, no projeto da revista *Cultura Política*, pois, em certa medida, isso poderia significar uma possível contribuição para o projeto de “modernização”. Por outro lado, tal essencialização também serve para oferecer uma dimensão idealizada dos paradoxos aos quais as carências materiais, necessidades financeiras e a impossibilidade de viver apenas da criação “puramente” artística, que conduziam os autores a “vender sua força de trabalho”, que nesse caso era a própria imagem legitimada da figura dos escritores consagrados. Afinal, “não é possível compreender a problemática da cultura brasileira sem examinar algumas características da nossa intelectualidade, ligadas ao modo específico do desenvolvimento social em nosso País” (COUTINHO, 2000, p. 39).

Abstract: This paper analyzes the chronic gathered in the book *Viventes das Alagoas*, de Graciliano Ramos. The chronicles were originally published in the early 40 in the review *Cultura Política*. Search interpret the representations that the texts contain about rural areas, the hinterland and the region in Brazil. Aims still find the meaning of Graciliano Ramos texts in the context of the Brazilian literary field in the 1930s.

Keywords: Rural. Chronic. Hinterland Region.

Referências

ALMEIDA, José Mauricio Gomes. *A tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. TopBooks, 1999.

BASTOS, Élide Rugai. *A revista Cultura Política e a influência de Ortega y Gasset*. In: RIDENTI, M. et al (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *As Regras da Arte – gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 1996.



CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Ed. PUBLIFOLHA, 2000.

_____. *A vida ao rés do chão*. In: A CRÔNICA – o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. *Ficção e Confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: Ed. Dp & a, 2000.

D'ANDREA, Moema Selma. *A Tradição Re(dês)coberta – Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil – intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

MARTINS, Wilson. *Graciliano Ramos, o Cristo e o Grande Inquisidor*. In: RAMOS, Graciliano. Caetés. São Paulo: Record / Martins, 1976.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

71

MORAES, Dênis. *O velho Graça – Uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1996.

MOURÃO, Rui. *Estruturas: ensaio sobre o romance de Graciliano*. Belo Horizonte: Ed. Tendência, 1969.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1975.

_____. *Angústia*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. *Caetés*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. *Infância*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1982.

_____. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1983.



ROLLAND, Denis. *O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras*. In: RIDENTI, M. et al (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SANTIAGO, Silviano. *Em Liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma confirmação do campo intelectual*. In: *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.